

*Uca*

## **Contrato n.º 006/2023**

### **Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo Entre Federação Portuguesa de Ténis de Mesa e ATM Ilha de São Miguel**

É celebrado o presente contrato, entre:

A **FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE TÉNIS DE MESA**, pessoa coletiva de direito privado, titular do estatuto de utilidade pública desportiva, concedido através de Despacho n.º 55/93, de 29 de novembro, publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 288, de 11 de dezembro, com sede na Rua Padre Luis Aparício, 9 - 5o, 1150-248 LISBOA, NIPC 501547584, aqui representada por Pedro Miguel Gaspar Dias Moura, na qualidade de Presidente, adiante designada por 1.º OUTORGANTE.;

E

A **ASSOCIAÇÃO DE TÉNIS DE MESA DA ILHA DE SÃO MIGUEL**, pessoa coletiva de direito privado, com sede *Casa das Associações, antiga Escola Central, Rua do Alcaide, s/n Ribeira Grande 9600-541 RIBEIRA GRANDE*, NIPC 510846742, aqui representada por *Daniel Filipe Duarte Correia*, na qualidade de Presidente, adiante designada por 2.º OUTORGANTE.;

Considerando:

- a) Que a **Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro** (Lei de Bases da Atividade Física e do desporto)
  - Define a orientação base do desenvolvimento da atividade física e desporto;
  - Estabelece o novo modelo de organização das Federações desportivas, Associações territoriais (distritais ou regionais);
  - Determina que estas entidades têm de possuir contabilidade organizada segundo as normas do Plano Oficial de Contabilidade, bem como a obrigatoriedade de cumprimento das obrigações com a Autoridade Tributária e Aduaneira e com a Segurança Social;



- [Handwritten signature]
- Estabelece como princípio de financiamento da atividade desportiva os contratos programa de desenvolvimento desportivo.
  - b) O disposto no **Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro** – Regime Jurídico dos Contratos Programa de Desenvolvimento Desportivo;
  - c) Que a 1ª Outorgante atua na qualidade de Federação Desportiva de uma modalidade desportiva (Ténis de Mesa) com o estatuto de Utilidade Pública Desportiva e que a 2ª Outorgante é uma associação territorial de clubes (vulgo associação distrital ou regional), estando inscrito como associado efeito junto da 1ª outorgante
  - d) Que a **Assembleia Geral da 1ª Outorgante de 19 de dezembro de 2022** aprovou os critérios e ponderadores de distribuição das comparticipações financeiras Às Associações no âmbito do desenvolvimento da prática desportiva

É celebrado o presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo que se rege pelas cláusulas seguintes:

#### **Cláusula 1ª**

##### **(Objeto)**

O presente Contrato-Programa tem por objeto a comparticipação ao desenvolvimento desportivo do ténis de mesa no âmbito das competências territoriais do 2º OUTORGANTE, de acordo com o programa de atividades apresentado ao 1º OUTORGANTE.

#### **Cláusula 2ª**

##### **(Período de execução do programa)**

O período de execução do programa objeto de comparticipação financeira ao abrigo do presente **contrato-programa termina em 31 de dezembro de 2023.**

#### **Cláusula 3ª**

##### **(Comparticipação Financeira)**

A comparticipação financeira a prestar pelo 1.º OUTORGANTE, ao 2.º OUTORGANTE, para apoio exclusivo à execução do programa referido na cláusula 1.ª, é no montante de **6 231,67€.**



D  
N

A alteração dos fins a que se destina a comparticipação financeira prevista no ressenente contrato, só poderá ser feita mediante autorização escrita do 1º Outorgante, com base numa proposta fundamentada do 2º outorgante a apresentar antes do termo da execução do programa apresentado.

#### **Cláusula 4ª** **(Obrigações do 2º Outorgante)**

São deveres do 2º Outorgante:

- a) Aplicar os apoios atribuídos aos fins a que expressamente se destinam, respeitando as condições e finalidades estabelecidas;
- b) Consentir o acompanhamento da execução, bem como prestar as informações que venham a ser solicitadas pelo 1º Outorgante, pelo IPDJ, ou por quem para o efeito for designado;
- c) Organizar e arquivar autonomamente a documentação justificativa da aplicação dos apoios atribuídos pelo 1º Outorgante no âmbito do presente contrato;
- d) A entrega do valor referido na Clausula 3ª está sujeita à apresentação por parte do 2º Outorgante do **Relatório e Contas de 2022** aprovado em Assembleia Geral e respetiva ata e do **Plano de Atividades de 2023** aprovado em Assembleia Geral e respetiva ata.

#### **Cláusula 5ª** **(Incumprimento das obrigações do 2º Outorgante)**

- 1. O incumprimento das obrigações referidas na cláusula anterior, por razões não fundamentadas, ou de qualquer obrigação legal em vigor, implicará a suspensão do apoios por parte do 1º Outorgante.
- 2. O 2º outorgante deverá restituir ao 1º outorgante as comparticipações financeiras concedidas que não tenham sido aplicadas na execução do programa referido na cláusula 1, sem o devido consentimento do 1º outorgante nos termos da cláusula 3.

**Cláusula 6ª**  
**(Obrigações do 1º Outorgante)**

São obrigações do 1º outorgante:

- a) Prestar a comparticipação financeira mencionada na cláusula 3;
- b) Colaborar no âmbito das suas competências, e dentro dos recursos disponíveis, a implementação das ações previstas do programa de atividades;

**Cláusula 7ª**  
**(Publicitação dos apoios)**

O presente contrato é publicado no sito da internet do 1º outorgante, nos termos do disposto no Decreto-Lei nº 93/2014, de 23 de junho.

**Cláusula 8ª**  
**(Vigência do Contrato)**

O presente **contrato é referente ao ano de 2023**, terminando a 31 de dezembro, findo o qual cessará automaticamente, sem prejuízo da sua cessação por qualquer das causas previstas no artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

**Cláusula 9ª**  
**(Compromisso arbitral)**

1. Os litígios sobre interpretação, validade ou execução do presente contrato serão dirimidos segundo juízos de equidade, nos termos do artigo 4.º, alínea c) do Código Civil.




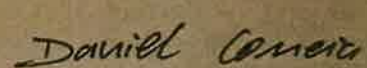
2. Caso se frustrar a conciliação nos termos do número anterior, submeterão as partes o litígio à arbitragem voluntária prevista nos artigos 180.º e seguintes do Código de Processo dos Tribunais Administrativos, e, subsidiariamente, da Lei sobre Arbitragem Voluntária consagrada na Lei n.º 31/86, de 29 de agosto.

**Cláusula 10ª**  
**(Disposições finais)**

Em tudo o mais e no omissivo, regularão as disposições legais em vigor.

Celebrado em 31 / 12 / 2023, em 2 folhas, ficando o original na posse do 1º outorgante e cópia na posse do 2º outorgante.

**Pelo 1º Outorgante**  
  
**Pedro Miguel Moura**

**Pelo 2º Outorgante**  
  
**Daniel Filipe Duarte Correia**

